



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Apoio Especializado
Especialidade Auditor

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'E05', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS**

Atenção: As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto que segue.

Abstrações

“Deus não joga dados com o Universo”, disse Einstein, para nos assegurar que existe um plano por trás de, literalmente, tudo, e que o comportamento da matéria é lógico e previsível. A física quântica depois revelou que a matéria é mais maluca do que Einstein pensava e que o acaso rege o Universo mais do que gostaríamos de imaginar. Mas fiquemos com a palavra do velho. Deus não é um jogador, o Universo não está aí para Ele jogar contra a sorte e contra Ele mesmo. Já os semideuses que controlam o capital especulativo do planeta Terra jogam com economias inteiras e podem destruir países com um lance de dados, ou uma ordem de seus computadores, em segundos.

Às vezes eles têm uma cara, e até opiniões, mas quase sempre são operadores anônimos, todos com 28 anos, e um poder sobre as nossas vidas que o Deus de Einstein invejaria. Deus, afinal, é sempre o ponto supremo de uma cosmogonia organizada, não importa qual seja a religião. Todas as igrejas têm metafísicas antigas e hierarquizadas. Todos os deuses podem tudo, mas dentro das expectativas e das tradições de seus respectivos credos. Até a onipotência tem limites.

A metafísica dos operadores das bolsas de valores, dos deuses de 28 anos, é inédita. Não tem passado nem convenções. É a destilação final de uma abstração, a do capital desassociado de qualquer coisa palpável, até do próprio dinheiro. Como o dinheiro já era a representação da representação de um valor aleatório, o capital transformado em impulso eletrônico é uma abstração nos limites do nada – e é ela que rege as nossas economias e, portanto, as nossas vidas. E quem pensava ter liberado o mundo de um ideal inútil, o de sociedades regidas por abstrações como igualdade e solidariedade, se vê prisioneiro do invisível, de um sopro que ninguém controla, da maior abstração de todas.

(Adaptado de Luis Fernando Veríssimo, **O mundo é bárbaro**)

1. A frase de Einstein, citada pelo autor na abertura do texto, **contrapõe-se** à ideia de que

- (A) as religiões materializam metafísicas antigas e bem organizadas.
- (B) os princípios de igualdade e solidariedade estão fora do mundo material.
- (C) a matéria é regida por princípios lógicos e inteiramente previsíveis.
- (D) o comportamento da matéria é regido por forças ocultas e aleatórias.
- (E) a dinâmica da matéria sempre supõe uma relação de causa e efeito.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. O sentido da frase de Einstein é exemplificado no texto pelo comportamento típico dos operadores das bolsas de valores.
- II. Da manipulação de capital nas bolsas, caracterizada pela abstração, advêm profundos efeitos sobre todos nós.
- III. Ao contrário da metafísica das religiões, a conduta dos operadores das bolsas não tem por base uma cosmogonia antiga e organizada.

Em relação ao texto está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:

- (A) *a matéria é mais maluca do que Einstein pensava* (1º parágrafo) = nem Einstein sabia que a matéria também não joga dados.
- (B) *destilação final de uma abstração* (3º parágrafo) = reversão última da imaterialidade.
- (C) *uma cosmogonia organizada* (2º parágrafo) = uma ordem arbitrária do cosmos.
- (D) *fiquemos com a palavra do velho* (1º parágrafo) = acolhamos a assertiva de Einstein.
- (E) *se vê prisioneiro do invisível* (3º parágrafo) = torna-se refém de sua própria abstração.

4. O segmento que, no contexto, **NÃO** revela a perspectiva irônica característica do autor é:

- (A) (...) *Já os semideuses que controlam o capital especulativo do planeta Terra* (...) (1º parágrafo)
- (B) *Às vezes eles têm uma cara, e até opiniões* (...) (2º parágrafo)
- (C) *Todas as igrejas têm metafísicas antigas e hierarquizadas.* (2º parágrafo)
- (D) (...) *um poder* (...) *que o Deus de Einstein invejaria.* (2º parágrafo)
- (E) (...) *são operadores anônimos, todos com 28 anos* (...) (2º parágrafo)



5. A afirmação de que *o capital transformado em impulso eletrônico é uma abstração nos limites do nada* (3º parágrafo) encontra justificativa no fato de que
- (A) as operações financeiras especulativas não dispõem de lastro reconhecível.
- (B) os jovens operadores das bolsas são pragmáticos e desdenham o acaso.
- (C) os agentes econômicos superestimam os lucros do setor produtivo.
- (D) os modernos operadores seguem à risca a referida frase de Einstein.
- (E) as abstrações econômicas baseiam-se nos mesmos princípios das religiões.
6. As normas de concordância verbal encontram-se plenamente observadas na frase:
- (A) Jogar dados com o Universo, segundo Einstein, não estariam nos hábitos e procedimentos de Deus.
- (B) Parece não caber aos jovens operadores das bolsas outra coisa senão fazer apostas em riquezas puramente virtuais.
- (C) A metafísica dos jovens operadores, diferentemente das antigas religiões, não contam com hierarquias e valores tradicionais.
- (D) O que movem os jovens semideuses das bolsas de valores são as apostas em arriscadas especulações financeiras.
- (E) Aos que apostam tudo no mercado financeiro caberiam refletir sobre os efeitos sociais de suas operações.
7. Está clara e correta a redação do seguinte comentário sobre o texto:
- (A) Os adeptos da física quântica, em oposição a Einstein, acreditam de que o acaso é divino, ao imaginar o Universo qual um jogo de dados.
- (B) O autor do texto opta em considerar Einstein correto no que afirma, para demonstrar a arrogância com que jogam os jovens semideuses das bolsas.
- (C) Ao contrário das religiões antigas, em que mesmo a onipotência divina apresentava limites, a metafísica das bolsas implica o plano do absoluto.
- (D) O dinheiro é só uma representação de um valor fictício, haja visto quando comandado por impulsos eletrônicos que se tornam abstratos.
- (E) É muita ironia quando o autor considera que são abstrações a igualdade e a solidariedade, embora ressalve que nem tanto quanto o capital invisível.
8. Considerando-se o contexto, o elemento sublinhado está empregado com o sentido dos elementos destacados entre parênteses em:
- (A) *existe um plano por trás de, literalmente, tudo (praticamente, relativamente)*
- (B) *Já os semideuses que controlam o capital especulativo (agora mesmo, por ora)*
- (C) *Deus, afinal, é sempre o ponto supremo de uma cosmogonia organizada (por conseguinte, destarte)*
- (D) *capital desassociado de qualquer coisa palpável (adveniente, desmembrado)*
- (E) *até do próprio dinheiro (inclusive, mesmo)*
9. Está inteiramente adequada a pontuação da frase:
- (A) Não sendo um jogador, não fazendo do acaso uma lei, Deus, para Einstein, é o grande planejador do Universo.
- (B) Deus, para Einstein, não é um jogador mas uma inteligência, que tudo planeja, e tem controle, sobre toda a matéria do Universo.
- (C) Engana-se, quem pensar que as operações abstratas das bolsas de valores, estão longe de exercer influência, sobre o cotidiano de todos nós.
- (D) Igualdade e solidariedade, afirma ironicamente o autor: são abstrações do nosso tempo, espectros remotos, de ideais inúteis.
- (E) De fato, poucas pessoas sabem, como se atribui valor real ao dinheiro que não passa de uma representação simbólica e aleatória de riquezas.
10. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Os operadores controlam um capital especulativo, em cujos rendimentos representam uma incógnita.
- (B) São impulsos eletrônicos, sobre os quais há pouco ou nenhum controle, que comandam as operações das bolsas.
- (C) Os operadores das bolsas preferem apostar do que investir dinheiro em empreendimentos mais produtivos.
- (D) A idade dos operadores das bolsas sugere o ímpeto de que as operações de investimento são executadas.
- (E) Os adeptos da física quântica julgam que o acaso é também um princípio, do qual o comportamento da matéria não é alheio.



11. De acordo com a Lei nº 3.716/1979, compete ao Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí
- (A) determinar a restauração dos feitos perdidos na Diretoria Geral da Secretaria do Tribunal.
 - (B) expedir ordens que não dependam de acórdãos ou não sejam de privativa competência dos Relatores.
 - (C) assinar os acórdãos com o Relator e os Juízes que requeiram declaração de voto, com exceção dos acórdãos do Tribunal Pleno e do Conselho da Magistratura.
 - (D) conhecer e julgar as suspeições opostas ao Diretor Geral, Diretores e demais funcionários da Diretoria Geral da Secretaria do Tribunal.
 - (E) conceder prorrogação de prazo para que magistrados e demais servidores da Justiça tomem posse e entrem no exercício dos cargos.
12. Considere as seguintes assertivas a respeito das incompatibilidades e suspeições:
- I. Não podem ter assento, simultaneamente, no Tribunal de Justiça, Desembargadores parentes ou afins em linha reta, ou na colateral, até o quarto grau, inclusive.
 - II. Pode o Juiz dar-se por suspeito, se afirmar a existência por motivo de ordem íntima, sem necessidade de expor o motivo, quando se tratar de questão civil.
 - III. A incompatibilidade se resolve antes da posse, contra o que deu causa à incompatibilidade, se for imputável a ambas, contra o de investidura mais recente.
 - IV. Na mesma Comarca não podem servir ao mesmo tempo como Juiz e substituto marido e mulher.
- De acordo com a Lei nº 3.716/1979, está correto o que consta APENAS em
- (A) III e IV.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, II e IV.
 - (E) II e IV.
13. De acordo com a Lei nº 3.716/1979, a divisão judiciária do Estado do Piauí compreende quarenta
- (A) e duas Comarcas de entrância intermediária.
 - (B) Comarcas de entrância inicial.
 - (C) e cinco Comarcas de entrância intermediária.
 - (D) e duas Comarcas de entrância inicial.
 - (E) e cinco Comarcas de entrância inicial.
14. Com relação ao desenvolvimento na carreira dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí, de acordo com a Lei Complementar nº 115/2008, é correto afirmar:
- (A) A promoção por merecimento ocorre mediante avaliação de desempenho do servidor, feita por comissão composta majoritariamente por servidores efetivos ou aqueles com estágio probatório do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí.
 - (B) O desenvolvimento dos servidores efetivos na carreira se processa por progressão funcional ou por promoção, condicionada à existência de vagas, obedidos, cumulativamente, os critérios de antiguidade e merecimento.
 - (C) A promoção funcional é a movimentação do servidor de uma referência para a seguinte dentro do mesmo nível, de acordo com o resultado de avaliação de desempenho.
 - (D) A progressão é a elevação do servidor da última referência de um nível para a primeira referência do nível seguinte, observado o interstício mínimo de um ano em relação à promoção funcional imediatamente anterior.
 - (E) Nas carreiras em que for exigida escolaridade de nível superior, a promoção para o último nível da carreira fica ainda condicionada à conclusão de pós-graduação *lato sensu* na respectiva área fim.
15. De acordo com a Lei Complementar nº 115/2008, a Comissão de Avaliação de Desempenho do Servidor (CADES) possui mandato de
- (A) cinco anos e deve ser composta por sete membros, entre representantes da Administração e representantes dos servidores públicos.
 - (B) três anos e deve ser composta por quatro membros, entre representantes da Administração e representantes dos servidores públicos.
 - (C) dois anos e deve ser composta por quatro membros, entre representantes da Administração e representantes dos servidores públicos.
 - (D) três anos e deve ser composta por sete membros, entre representantes da Administração e representantes dos servidores públicos.
 - (E) dois anos e deve ser composta por seis membros, entre representantes da Administração e representantes dos servidores públicos.



16. Considere as seguintes assertivas a respeito dos Cargos em Comissão, na Organização Judiciária do Estado do Piauí:
- I. Em regra, pelo menos 25% dos cargos em comissão serão preenchidos por servidores efetivos do Poder Judiciário.
 - II. Aos Magistrados, em qualquer grau de jurisdição, competem as indicações para os cargos em comissão de seus gabinetes.
 - III. Os cargos de provimento em comissão de Secretário serão ocupados privativamente por portador de nível de escolaridade de ensino médio completo, devendo o seu substituto legal ou eventual possuir igual formação.
 - IV. Do valor da gratificação pelo exercício de cargo em comissão, 10% corresponde ao vencimento e 90% à representação.
- De acordo com a Lei Complementar nº 115/2008, está correto o que consta APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) II e IV.
 - (E) III e IV.
17. Mario e Ana são analistas do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí. Mário negligenciou a guarda de bem pertencente à repartição judicial que estava sob sua responsabilidade, possibilitando, assim, que ele se extraísse. Ana, sem previsão legal, utilizou objeto depositado no interesse da Justiça. Nestes casos, de acordo com a Lei Complementar nº 115/2008,
- (A) serão aplicadas as penas de demissão e suspensão, respectivamente.
 - (B) serão aplicadas as penas de suspensão e demissão, respectivamente.
 - (C) será aplicada a pena de demissão nas duas hipóteses.
 - (D) será aplicada a pena de suspensão nas duas hipóteses.
 - (E) serão aplicadas as penas de advertência e suspensão, respectivamente.
18. Marta, servidora pública do Tribunal de Justiça do Piauí aposentada por invalidez, retornou ao serviço, uma vez que uma junta médica oficial declarou insubsistente os motivos de sua aposentadoria. Tânia, também servidora pública do Tribunal de Justiça do Piauí, foi reinvestida no cargo anteriormente ocupado, uma vez que ocorreu a invalidação de sua demissão por decisão judicial. Nestes casos, de acordo com a Lei Complementar nº 13/1994, ocorreram, respectivamente, a
- (A) reversão e a reintegração.
 - (B) reintegração e a reversão.
 - (C) reversão e a recondução.
 - (D) reintegração e a recondução.
 - (E) recondução e a reversão.
19. Mario afastou-se do cargo de analista judiciário do Tribunal de Justiça do Piauí para exercer mandato eletivo. Seu amigo, Douglas, que não é servidor público, foi nomeado para cargo de comissão que requereu a mudança de seu domicílio. Nestes casos, de acordo com a Lei Complementar nº 13/1994, Mario
- (A) e Douglas não receberão ajuda de custo.
 - (B) receberá ajuda de custo, mas Douglas não.
 - (C) não receberá ajuda de custo, Douglas receberá.
 - (D) e Douglas receberão ajuda de custo.
 - (E) não receberá ajuda de custo e Douglas receberá 50% da ajuda de custo a que um servidor teria direito.
20. De acordo com a Lei Complementar nº 13/1994, entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por
- (A) noventa dias, interpoladamente, durante o período de seis meses.
 - (B) noventa dias, interpoladamente, durante o período de dezoito meses.
 - (C) sessenta dias, interpoladamente, durante o período de seis meses.
 - (D) sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
 - (E) mais de trinta dias consecutivos.



<p>Instrução: Para responder às questões de 21 a 30, considere os dados abaixo.</p> <p>I. Estimular o trabalho colaborativo, tanto na Internet quanto na Intranet, por meio de instrumentos do tipo diário profissional (ou corporativo) eletrônico, onde conteúdos mais recentes aparecem no topo da página e mais antigos no final.</p> <p>II. Utilizar, preferencialmente, um navegador livre (<i>Software Livre</i>) para acesso a páginas da Internet.</p> <p>III. Transferir toda página pessoal que seja do interesse do Tribunal (arquivos html, imagens e outros correlatos) para o servidor Intranet que abrigará o site desenvolvido, para que este fique disponível ao uso interno e comum.</p> <p>IV. Evitar a abertura de mensagens eletrônicas não solicitadas, provenientes de instituições bancárias ou empresas, que possam induzir o acesso a páginas fraudulentas na Internet, com vistas a roubar senhas e outras informações pessoais valiosas registradas no computador.</p> <p>V. Ao enviar informações sigilosas via mensagem eletrônica deve-se utilizar de um sistema que faça a codificação (chave, cifra), de modo que somente as máquinas que conhecem o código consigam decifrá-lo.</p> <p>VI. Utilizar a impressora multifuncional para converter em arquivo formato jpeg os documentos em papel.</p> <p>VII. Proceder, diariamente, à cópia de segurança dos dados em fitas digitais regraváveis (algumas comportam até 72 Gb de capacidade) em mídias alternadas para manter a segurança e economizar material.</p> <p>VIII. Ao instalar quaisquer dispositivos que necessitem de comunicação entre o sistema operacional e o <i>hardware</i> (espécie de tradutor/intérprete), providenciar as ações necessárias.</p> <p>IX. Alterar a pasta onde o editor de textos MS-Word grava seus modelos (extensões .DOT), sendo que a partir dessa alteração os modelos serão gravados nessa e obtidos dessa nova pasta.</p> <p>X. Gravar em todo cabeçalho e rodapé das planilhas eletrônicas MS-Excel do Tribunal os padrões de logó e página estabelecidos pela Organização.</p> <p>21. No item I é estimulado o uso de um instrumento do tipo</p> <p>(A) <i>e-book</i>. (B) <i>blog</i>. (C) banco de dados. (D) <i>e-mail</i> corporativo. (E) <i>e-zine</i>.</p>	<p>23. A operação de transferência referida em III trata de</p> <p>(A) <i>backup</i>. (B) <i>download</i>. (C) <i>downsizing</i>. (D) <i>hosting</i>. (E) <i>upload</i>.</p> <p>24. A recomendação em IV é para evitar um tipo de fraude conhecida por</p> <p>(A) <i>chat</i>. (B) <i>cracker</i>. (C) <i>spam</i>. (D) <i>hacker</i>. (E) <i>phishing scam</i>.</p> <p>25. O cuidado solicitado em V aplica o conceito de</p> <p>(A) criptografia. (B) assinatura digital. (C) digitalização. (D) desfragmentação. (E) modulação/demodulação.</p> <p>26. No item VI utiliza-se a funcionalidade associada</p> <p>(A) à impressão multicolorida, apenas. (B) tanto à cópia xerográfica quanto ao fax. (C) ao fax, apenas. (D) ao <i>scanner</i>, apenas. (E) tanto ao scanner quanto à cópia xerográfica.</p> <p>27. No item VII é recomendado o uso de mídias conhecidas por</p> <p>(A) FAT32. (B) FAT. (C) NTSF. (D) DAT. (E) DVD+RW.</p> <p>28. A ação mencionada em VIII refere-se à instalação conjunta de programas que acompanham os <i>dispositivos</i> conhecidos por</p> <p>(A) <i>drives</i>. (B) <i>firewalls</i>. (C) <i>drivers</i>. (D) <i>adwares</i>. (E) <i>speakers</i>.</p> <p>29. A alteração solicitada em IX é feita</p> <p>(A) na guia Arquivos, após acessar o item Opções do menu Ferramentas. (B) no menu Arquivo, opções Configurar página. (C) na guia Arquivos, acessando o item Formatar do menu Editar. (D) no menu Formatar, após acessar a guia Arquivos. (E) no menu Inserir, após acessar a guia Arquivo, na opção Configurar.</p>
<p>22. Para atender à recomendação disposta em II é correto o uso do</p> <p>(A) Weblog. (B) Mozilla Firefox. (C) Skype. (D) Internet Explorer. (E) Flash.</p>	<p>30. A inserção de dados referida em X é possibilitada, em primeira instância, mediante o acesso ao menu</p> <p>(A) Formatar. (B) Ferramentas. (C) Exibir. (D) Editar. (E) Inserir.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. O objetivo do auditor, ao efetuar os testes de observância, é
- (A) certificar a existência do componente patrimonial.
 - (B) avaliar a eficácia do sistema de controles internos da entidade.
 - (C) verificar a ocorrência ou não de determinada transação contábil.
 - (D) contar os itens que compõem o conjunto de bens móveis e imóveis da entidade.
 - (E) julgar se os itens patrimoniais estão mensurados, divulgados e classificados de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.
32. Os papéis de trabalho devem ser conservados pelo auditor, para fins de fiscalização do exercício profissional, pelo prazo de
- (A) 3 (três) anos, a contar da data da emissão de seu parecer.
 - (B) 3 (três) anos, a contar da data da publicação das demonstrações contábeis da companhia auditada.
 - (C) 4 (quatro) anos, a contar da data da publicação das demonstrações contábeis da companhia auditada.
 - (D) 4 (quatro) anos, a contar da data da assembleia geral dos acionistas que aprovar as demonstrações contábeis da sociedade auditada.
 - (E) 5 (cinco) anos, a contar da data da emissão de seu parecer.
33. A técnica de auditoria que consiste em enviar correspondência para clientes, bancos e fornecedores, a fim de que corroborem os valores de contas a receber e a pagar da sociedade auditada, é denominada
- (A) inspeção.
 - (B) circularização.
 - (C) controle de qualidade.
 - (D) observação.
 - (E) revisão analítica.
34. O procedimento de auditoria que consiste na verificação do comportamento de valores relevantes, mediante índices, quocientes e outros meios, visando identificar tendências ou situações anormais, é denominado
- (A) revisão analítica.
 - (B) investigação e confirmação.
 - (C) inspeção.
 - (D) testes de observância.
 - (E) abrangência das informações.
35. A possibilidade de o auditor vir a emitir uma opinião tecnicamente inadequada sobre demonstrações contábeis significativamente incorretas é denominada de
- (A) risco sistemático.
 - (B) erro esperado.
 - (C) erro tolerável.
 - (D) risco de auditoria.
 - (E) risco não sistemático.
36. Seleção casual da amostragem é o tipo de seleção
- (A) aleatória, a ser utilizada quando os valores do componente patrimonial apresentam grande índice de dispersão.
 - (B) randômica, com o objetivo de aumentar o risco de detecção.
 - (C) estratificada, a ser utilizada quando os valores do componente patrimonial apresentam grande índice de dispersão.
 - (D) baseada na experiência profissional do auditor.
 - (E) com o objetivo de aprofundar riscos de fraude ou de erro nos controles internos.
37. De acordo com a NBC T 11 do Conselho Federal de Contabilidade, que trata das normas da auditoria independente das demonstrações contábeis, é correto afirmar:
- (A) A continuidade normal das atividades da entidade deve ser pressuposta pelo auditor em função do princípio contábil da continuidade, tornando desnecessária a análise de fatores de risco que possam comprometer essa premissa.
 - (B) As estimativas contábeis são de responsabilidade exclusiva do auditor e baseiam-se em fatores objetivos e subjetivos, devendo a administração da entidade acatar integralmente o julgamento do auditor, sob pena deste emitir parecer com abstenção de opinião ou adverso.
 - (C) A carta de responsabilidade da administração quanto às informações e dados e à preparação e apresentação das demonstrações contábeis submetidas aos exames de auditoria deve ser emitida com a mesma data do parecer do auditor sobre as referidas demonstrações.
 - (D) O auditor deve adotar procedimentos para assegurar-se que todas as contingências passivas foram identificadas e adequadamente mensuradas pela administração da entidade na elaboração das demonstrações contábeis, sendo desnecessário o mesmo procedimento em relação às contingências ativas.
 - (E) No programa de trabalho para exame dos sistemas de processamento eletrônico de dados (PED), não há necessidade de o auditor incluir o exame da segurança dos sistemas adotados pela entidade, já que estes são de exclusiva responsabilidade da administração.



38. Após a data de emissão de seu parecer sem ressalva, mas antes da divulgação das demonstrações contábeis, o auditor toma conhecimento de um fato que possa afetar de maneira relevante as demonstrações contábeis e ele decide que estas devam ser revisadas pela administração. Então,
- (A) caso a administração concorde em revisar as demonstrações contábeis em consonância com a opinião do auditor, ele está dispensado de emitir um novo parecer de auditoria sobre as demonstrações contábeis revisadas.
- (B) caso a administração decida não alterar as demonstrações contábeis, ele deve emitir um novo parecer descrevendo o fato no parágrafo de opinião, mas esse novo parecer continuará sendo considerado sem ressalva.
- (C) ele deve comunicar aos órgãos reguladores que o parecer emitido naquela data não tem validade legal, independentemente ou não de a administração decidir modificar as demonstrações contábeis.
- (D) ele deve emitir um comunicado público externando que, exceto pelo fato mencionado, sua opinião está correta.
- (E) caso a administração concorde em revisar as demonstrações contábeis em consonância com a opinião do auditor, ele poderá emitir um novo parecer com dupla data.
39. Quando ocorrer incerteza em relação a fato relevante, cujo desfecho poderá afetar significativamente a posição patrimonial e financeira da entidade, bem como o resultado das suas operações, se o auditor independente concluir que a matéria será adequadamente divulgada nas notas explicativas às demonstrações contábeis, seu parecer deve conter
- (A) parágrafo de ênfase após o parágrafo de opinião.
- (B) ressalva ou negativa de opinião.
- (C) ressalva ou opinião adversa.
- (D) parágrafo de ênfase ou opinião adversa.
- (E) abstenção de opinião ou opinião adversa.
40. Sobre fraude e erro, é correto afirmar:
- (A) A fraude é um ato não intencional de omissão ou manipulação de transações, adulteração de documentos, registros e demonstrações contábeis.
- (B) Somente a auditoria independente tem condições de detectar erros e fraudes, já que o auditor interno não pode questionar a conduta de funcionários da companhia.
- (C) Ao detectar erros relevantes ou fraudes no decorrer dos seus trabalhos, o auditor tem a obrigação de comunicá-los à administração da entidade e sugerir medidas corretivas.
- (D) O número de erros ou fraudes na companhia auditada guarda correlação positiva com a quantidade e qualidade dos controles internos.
- (E) O erro é um ato intencional resultante de omissão, desatenção ou má interpretação de fatos na elaboração de registros e demonstrações contábeis.
41. Pode ocorrer saldo credor das disponibilidades de uma pessoa jurídica se
- (A) o volume de compras for maior que o volume de vendas à vista.
- (B) ocorreu omissão de registro de vendas já recebidas.
- (C) o volume de compras for maior que o volume de vendas a prazo.
- (D) as receitas de vendas forem menores do que o custo das mercadorias ou produtos vendidos.
- (E) ocorreu omissão do registro de vendas ainda não recebidas.
42. Um auditor constatou, no decurso de seus trabalhos, que várias obrigações com terceiros da companhia auditada já tinham sido quitadas, mas seu valor ainda constava do balanço patrimonial da entidade. Esse tipo de erro ou fraude é denominado
- (A) Passivo a descoberto.
- (B) Ativo Oculto.
- (C) Passivo Real.
- (D) Ativo Nominal.
- (E) Passivo Fictício.
43. Em 31/12/2008, o extrato bancário da conta corrente que a Cia. Delta mantém junto ao Banco Épsilon demonstrava um saldo credor de R\$ 47.600,00. Em sua escrituração contábil, o saldo da mesma conta corrente era devedor em R\$ 45.530,00. O auditor independente, por meio da análise do extrato bancário, apurou os seguintes fatos não registrados na contabilidade:
- I. aviso de lançamento à débito, efetuado pelo banco, de R\$ 680,00, relativo a contas de luz e de telefone;
- II. aviso de lançamento à débito de R\$ 2.000,00, em virtude de devolução de duplicata descontada por falta de pagamento do sacado;
- III. devolução de cheques de terceiros, depositados pela companhia, no valor de R\$ 1.450,00, em virtude de insuficiência de fundos;
- IV. aviso de crédito de duplicata de emissão da companhia em cobrança no banco, no valor de R\$ 4.500,00, mais os juros pelo atraso no pagamento de R\$ 200,00.
- No processo de conciliação bancária, o auditor verificou, também, que havia cheques emitidos pela companhia, ainda não descontados junto ao banco, no valor de R\$ 2.700,00 e depósitos efetuados em cheque que ainda não tinham sido creditados na conta da sociedade pelo banco, em virtude de sua compensação, no valor de R\$ 1.200,00.
- Logo, o saldo correto da mencionada conta corrente, em 31/12/2008, encontrado pelo auditor após a conciliação bancária, é (em R\$) igual a
- (A) 46.500,00.
- (B) 45.900,00.
- (C) 46.100,00.
- (D) 46.230,00.
- (E) 45.750,00.



44. Sobre a auditoria de estoques, analise as proposições:

- I. O auditor deve acompanhar e observar pessoalmente a contagem do estoque, embora a responsabilidade pela execução do inventário seja da companhia.
- II. O "corte" ou "Cut-off" dos estoques evita a contagem dupla de mercadorias ou produtos industrializados como estoques, contas a receber ou a pagar.
- III. O sistema UEPS para avaliação de estoques é aceito pela legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas.
- IV. No caso de estoques da companhia em poder de terceiros, mesmo que seja relevante o seu valor, uma simples confirmação do fornecedor é suficiente para assegurar a exatidão de seu montante.

É correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) II e III.
- (E) III e IV.

45. Após o advento da Lei nº 11.638/2007 e da MP nº 449/2008 (atual Lei nº 11.491/2009), a auditoria de aplicações financeiras, destinadas à negociação ou disponíveis para venda, deverá verificar se os respectivos instrumentos financeiros estão avaliados pelo

- (A) custo de aquisição.
- (B) custo de aquisição ou pelo valor de mercado, o que for menor.
- (C) custo de aquisição, deduzidas as comissões e corretagens para a venda.
- (D) valor de negociação, deduzidas as comissões e corretagens para venda.
- (E) valor justo.

46. Ao fazer a auditoria do Ativo Imobilizado da Cia. Montes Claros, o profissional encarregado observou que a sociedade tinha adquirido, por R\$ 681.000,00, uma máquina em 08/08/1998, a qual tinha sido colocada em funcionamento no mesmo mês de aquisição e depreciada à taxa anual de 10%. Ao fazer o cálculo da depreciação relativa ao ano-calendário de 2008, o auditor verificou que ela tinha sido lançada corretamente no valor, em R\$, de

- (A) 45.400,00.
- (B) 43.175,00.
- (C) 41.875,00.
- (D) 39.725,00.
- (E) 34.050,00.

47. Ao examinar o grupo do Ativo Não Circulante – Investimentos do Balanço Patrimonial da Companhia Gama, relativo ao exercício encerrado em 31/12/2008, o auditor independente encarregado constatou que todos os investimentos em coligadas e controladas foram avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP). O auditor concluiu, à luz do disposto na Lei nº 11.638/2007 e da então vigente MP nº 449/2008, que o procedimento da companhia estava

- (A) correto.
- (B) incorreto, porque somente os investimentos em controladas são avaliados pelo MEP.
- (C) incorreto, porque somente os investimentos em controladas e coligadas que forem relevantes para a companhia são avaliados pelo MEP.
- (D) incorreto, porque somente os investimentos em controladas e em coligadas das quais a investidora participe com mais de 20% do capital, com ou sem direito a voto, são avaliados pelo MEP.
- (E) incorreto, porque somente investimentos em coligadas são avaliados pelo MEP.

48. A Companhia Beta teve suas demonstrações contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2008, avaliadas pela Cia. de Auditores Independentes. Ao examinar a constituição da reserva legal, os auditores se depararam com as seguintes informações (em R\$):

Capital Social Realizado	250.000,00
Saldo da Reserva Legal em 31/12/2007	44.000,00
Lucro Líquido do Exercício em 2008	150.000,00
Dividendo mínimo estatutário (em %)	40%

Os auditores constataram que o valor acrescido à reserva legal no exercício de 2008 estava incorreto. O valor correto deveria ser, em R\$, igual a

- (A) 4.500,00.
- (B) 7.500,00.
- (C) 6.000,00.
- (D) 6.750,00.
- (E) 5.250,00.

49. O auditor independente João da Silva foi solicitado para auditar as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31/12/2008 de três sociedades diferentes A, B e C. Ele encontrou, no grupo do patrimônio líquido, uma reserva de reavaliação estornada em 01/12/2008 pela companhia A, uma reserva de reavaliação não estornada no exercício de 2008 na companhia B e uma reserva de reavaliação constituída no exercício de 2008 pela companhia C. O auditor concluiu, à luz do disposto na Lei nº 11.638/2007 e da então vigente MP nº 449/2008, que

- (A) os procedimentos das três companhias estavam corretos.
- (B) o procedimento da companhia A estava correto e os da companhia B e C incorretos.
- (C) o procedimento da companhia C estava correto e os das companhias A e B incorretos.
- (D) o procedimento das companhias A e B estavam corretos e o da companhia C incorreto.
- (E) o procedimento das companhias A e C estavam corretos e o da companhia B incorreto.



50. As demonstrações contábeis divulgadas por companhias abertas no Brasil e que devem ser, obrigatoriamente, objeto da opinião de auditores independentes, de acordo com a legislação societária atualmente vigente, são: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício,
- (A) Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos.
- (B) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado.
- (C) Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado.
- (D) Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos e Balanço Social.
- (E) Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados, Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos e Demonstração do Valor Adicionado.
-
51. É um exemplo de despesa por mutação patrimonial:
- (A) juros e encargos pagos sobre a dívida interna e externa.
- (B) pagamentos de serviços prestados por pessoa jurídica.
- (C) subvenções sociais.
- (D) subvenções econômicas.
- (E) aquisição de material permanente.
-
52. O recebimento de depósitos ou cauções de terceiros pelo ente público constitui uma receita
- (A) corrente.
- (B) de capital.
- (C) extra-orçamentária.
- (D) por mutação patrimonial.
- (E) patrimonial.
-
53. É uma variação passiva independente de execução orçamentária:
- (A) amortização da dívida externa.
- (B) anistia de multa e juros de mora da dívida ativa.
- (C) quotas concedidas.
- (D) cobrança da dívida ativa.
- (E) alienação de bens imóveis.
-
54. O consumo de bens do almoxarifado será registrado no sistema patrimonial do ente público por um lançamento a débito de
- (A) Almoxarifado e a crédito de Mutações Ativas.
- (B) Almoxarifado e a crédito de Variações Ativas Independentes de Execução Orçamentária.
- (C) Variações Passivas Resultante de Execução Orçamentária e a crédito de Almoxarifado.
- (D) Variações Passivas Independentes de Execução Orçamentária e a crédito de Almoxarifado.
- (E) Disponível e a crédito de Almoxarifado.
-
55. Do Balanço Financeiro de um ente público obtiveram-se as seguintes informações (em R\$):
- | | |
|---|----------------|
| Saldo de disponibilidade do exercício Atual | R\$ 160.000,00 |
| Despesas orçamentárias | R\$ 450.000,00 |
| Saldo de disponibilidades do exercício anterior | R\$ 100.000,00 |
| Receita total arrecadada | R\$ 520.000,00 |
| Despesas empenhadas e não pagas | R\$ 40.000,00 |
- Supondo-se que a única informação não fornecida refere-se ao valor dos restos a pagar pagos no exercício corrente, este corresponde, em R\$, a
- (A) 70.000,00.
- (B) 50.000,00.
- (C) 80.000,00.
- (D) 40.000,00.
- (E) 60.000,00.
-
56. Do balanço patrimonial de um ente público, foram extraídos os seguintes dados (em R\$):
- | | |
|---------------------------|------------|
| Passivo Real | 400.000,00 |
| Passivo Financeiro | 120.000,00 |
| Passivo Real a Descoberto | 50.000,00 |
| Superávit Financeiro | 60.000,00 |
- O valor do Ativo Permanente desse ente público é, em R\$, igual a
- (A) 330.000,00.
- (B) 220.000,00.
- (C) 270.000,00.
- (D) 280.000,00.
- (E) 170.000,00.



57. Certa pessoa física conseguiu um financiamento de R\$ 120.000,00 a ser quitado em 60 prestações mensais e consecutivas, à taxa efetiva de 1% ao mês, sendo que a primeira prestação vence em 30 dias após a concessão do financiamento. O valor da prestação mensal constante é de R\$ 2.668,80. O saldo devedor do empréstimo, após o pagamento da 1ª prestação é, em R\$, é igual a

- (A) 118.531,20.
- (B) 117.331,20.
- (C) 117.600,00.
- (D) 118.200,00.
- (E) 117.799,20.

58. Constitui receita de capital de um ente público:

- (A) juros de títulos e valores mobiliários.
- (B) receita industrial.
- (C) receita patrimonial.
- (D) amortização de empréstimos concedidos.
- (E) multas e juros de mora sobre tributos.

59. O Fundo de Participação dos Estados e Municípios é constituído na forma de um percentual a ser entregue pela União sobre a arrecadação do Imposto sobre

- (A) a Renda e o Imposto Territorial Rural.
- (B) Produtos Industrializados e Contribuição sobre Intervenção sobre o Domínio Econômico.
- (C) a Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados.
- (D) Operações Financeiras e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
- (E) Produtos Industrializados e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

60. O empenho é

- (A) o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.
- (B) um compromisso financeiro para execução após o término do mandato do Chefe do Poder Executivo.
- (C) a verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- (D) o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.
- (E) um pagamento devido pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária.